Sem tecnologia, o Brasil continuará sendo o país do quase

» CARLOS JACOBINO
Presidente do Sindicato da Indústria da Informação do Distrito Federal (Sinfor-DF)

O Brasil vive um problema crônico: comemora qualquer avanço econômico como se fosse uma vitória definitiva, enquanto ignora que estamos, há décadas, presos na armadilha do quase. Quase potência. Quase competitivo. Quase desenvolvido.

O resultado do PIB no primeiro trimestre é um exemplo claro. Mas, para entendermos, precisamos abrir os dados. O país cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025 em relação ao trimestre imediatamente anterior. Fomos puxados pelas safras generosas de soja e de milho. Mas nossa indústria segue estagnada, e boa parte dos serviços anda de lado. E, lamentavelmente, o país mantém uma das menores taxas de investimento entre as principais economias do mundo: pouco menos de 19% do PIB.

Não podemos abrir mão da importância e da força do agronegócio brasileiro. Mas é preciso entender que, para além de apostar no ciclo das commodities, nossas vantagens comparativas, e no avanço das fronteiras agrícolas, é urgente que se olhe para as economias que geram riqueza, produtividade e inovação. Esses países operam em outro plano: o da tecnologia.

O Brasil é um dos maiores mercados de tecnologia da informação (TI) do mundo. De acordo com o mais recente estudo da Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES), ocupamos hoje a 10ª posição no ranking global, com 1,7% do mercado mundial de TI. Na América Latina, somos líderes absolutos, com 44% do mercado regional. Só em 2023, o setor movimentou US$ 57 bilhões, crescendo 6,4%, quase o dobro da média global.

E aqui está o dado mais relevante: 77% desse volume vem de software e serviços, da economia do conhecimento, da inteligência e da inovação.

O setor de TI já responde por 6,8% do PIB brasileiro, com projeção de chegar a 8% até 2026, superando muitos setores tradicionais. E diferentemente do que muitos imaginam, não estamos falando de um setor de apoio, mas de um motor que impulsiona toda a economia.

Sem TI, não existe agro 4.0, não existe indústria competitiva, não existe logística eficiente, não existem serviços financeiros modernos e, muito menos, governo digital capaz de entregar serviços de qualidade e reduzir o custo da máquina pública.

Aliás, os poucos avanços que tivemos no setor público, como o Gov.br e o Pix, são frutos da adoção de tecnologia, com ganhos expressivos em eficiência, agilidade e economia de recursos.

Mas, infelizmente, esses avanços são episódicos, não estruturais. Falta ao país uma política robusta de transformação digital.

Os dados internacionais são cristalinos. Segundo o Banco Mundial, a cada 10% de aumento na penetração da banda larga, o PIB dos países em desenvolvimento cresce, em média, 1,38%. No Brasil, onde a produtividade anda na contramão do resto do mundo, o impacto seria ainda maior. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula que empresas que investem em tecnologia têm, em média, 22% de aumento na produtividade. E, segundo a Brasscom, cada R$ 1 investido em TI gera até R$ 4,30 em valor na economia.

Não se trata de estatizar a inovação ou criar mais burocracia. Ao contrário, significa remover as travas que sufocam empresas, reduzir o custo Brasil, modernizar o ambiente regulatório, investir pesado na formação de mão de obra qualificada e criar um ambiente em que o setor privado possa liderar o processo de transformação digital.

O setor de tecnologia precisa de segurança jurídica, liberdade para inovar e acesso a financiamento competitivo. Se quisermos destravar o crescimento do país, precisamos colocar a digitalização no centro da política econômica. Isso exige, de forma urgente, um conjunto de ações articuladas.

Começa pela formação massiva de talentos, já que o país enfrenta um deficit de mais de 800 mil profissionais de tecnologia até 2026. É necessário também criar incentivos reais à transformação digital das empresas, e não apenas para startups, mas para toda a economia, incluindo pequenas, médias e grandes companhias.

Além disso, é indispensável investir de forma robusta em infraestrutura digital: mais conectividade, mais data centers, inteligência artificial, cibersegurança e soluções em nuvem. Por fim, é fundamental acelerar a transformação digital do próprio Estado, que, ao se tornar mais digital, custa menos, entrega mais e serve melhor à população, sem depender do inchaço da máquina pública.

O Brasil não pode mais ser o país do quase. Ou escolhemos ser protagonistas da nova economia, baseada em dados, inovação e tecnologia, ou vamos continuar sendo exportadores de soja, minério e carne, e importadores de crescimento, inovação e qualidade de vida.

Reformas do Estado e da legislação vaticana e canônica são legados da fé de Francisco

» RICARDO LUIZ SALVADOR
Especialista em Direito Regulatório Educacional

Quando Jorge Mario Bergoglio foi eleito papa em 2013, agregou à Igreja um movimento de mudança que não se limitou aos sermões e gestos simbólicos. Francisco — o pontífice que abraçou mendigos, denunciou as injustiças, defendeu os pobres e lutou muito pelo entendimento entre povos e nações, movido pela força de um autêntico evangelizador — também transformou de modo significativo a estrutura jurídica e institucional da Igreja.

Se, por um lado, resgatou valores essenciais do cristianismo, como a humildade e a justiça social, por outro, modernizou o Estado mais peculiar do mundo: o Vaticano. Reformou a legislação vaticana e canônica. Não é sem razão que o papa Leão XIV foi eleito para sucedê-lo, pois era próximo dele e deverá seguir a mesma linha filosófica e religiosa.

Em 2022, Francisco deu um passo histórico ao modificar o funcionamento da Cúria Romana com a Constituição Apostólica Praedicate Evangelium, substituindo a antiga Pastor Bonus (1988). Não foi apenas uma atualização burocrática, mas uma revolução silenciosa. Os altos postos da Cúria Romana, antes redutos quase exclusivos de cardeais e bispos, abriram suas portas para leigos, inclusive mulheres, assumirem cargos de liderança nos dicastérios, equivalentes aos "ministérios" da Igreja. Imaginem só: um departamento como o da cultura e educação, antes restrito a clérigos, passou a poder ser comandado por uma especialista em pedagogia ou um filósofo leigo. Isso não foi apenas modernização, mas, sim, uma total nova visão face a séculos de tradição hierárquica da Igreja.

Entretanto, Francisco não parou por aí. Ele fundiu órgãos, criou outros e deu ênfase máxima à evangelização, mas não no sentido antigo de proselitismo. Foi uma evangelização que dialogou com o mundo, que enfrentou a crise climática, acolheu migrantes e combateu a desigualdade. O Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral foi a prova disso, como órgão que passou a tratar de justiça social, ecologia e saúde como questões também centrais da fé.

O papa Francisco, porém, não se limitou à reforma administrativo-constitucional do Vaticano. Em 2013, no primeiro ano de seu pontificado, promoveu mudanças profundas no Código Penal do Estado. Crimes como abuso sexual de menores, lavagem de dinheiro e corrupção foram tipificados com rigor.

Pela primeira vez, foram incluídos delitos como tortura, genocídio e apartheid, mostrando que a Igreja não toleraria violações dos direitos humanos, mesmo que cometidas por seus próprios membros. E mais: Francisco acabou com a possibilidade de criminosos se esconderem atrás das muralhas de São Pedro, pois passaram a poder ser julgados tanto no país onde o crime ocorreu quanto no próprio Vaticano.

Francisco aboliu a prisão perpétua, substituindo-a por penas de 30 a 35 anos, num gesto que refletiu sua visão de justiça com misericórdia. Mas, não se enganem: isso não foi brandura, mas, sim, coerência. O mesmo papa que lavou os pés de detentos e refugiados também exigiu transparência e responsabilidade de seus colaboradores em toda a estrutura da Igreja.

As mudanças promovidas por Francisco não foram meros ajustes legais. Tratou-se de avanços que refletiram um projeto bastante claro: uma Igreja menos palaciana e mais presente na praça pública, com menos poder vertical e mais sinodalidade (processo de decisão coletiva e participativa), com menos dogmatismo e mais ação concreta.

Enquanto muitos esperavam um pontificado apenas de gestos simbólicos, o papa Francisco mostrou que era possível mudar as estruturas sem trair os princípios. Provou que espiritualidade e justiça institucional não são inimigas, mas aliadas. E, no final das contas, foi isso que o fez não apenas um líder religioso, mas um reformador corajoso, dentro e fora dos muros do Vaticano.

Dignidade menstrual: um pacto social necessário

» CLARA RORIZ
Secretária de Atendimento à Comunidade do GDF

Imagine a angústia de precisar de um absorvente e não ter. Ou a sensação de vasculhar a bolsa na esperança de encontrar um — um momento de vulnerabilidade que não escolhe classe social, podendo afetar qualquer pessoa que menstrua. Nesse cenário, expandir o debate sobre dignidade menstrual sob a ótica da igualdade e consciência coletiva é essencial.

Dignidade menstrual vai além do simples acesso a um item básico de higiene; trata-se de criar ambientes seguros e acolhedores para quem menstrua, independentemente da condição socioeconômica. Esse conceito civilizatório envolve educação e reconhecimento do impacto social da menstruação, propondo um pacto social contra preconceitos. A necessidade é universal, e a dignidade, um direito de todos.

Nesse contexto, o Distrito Federal se destaca ao promover a parceria social com o projeto Absorva o Bem, lançado em maio. Com a instalação de Pontos Solidários, onde quem precisa pode pegar um absorvente e quem quiser pode doar, essa iniciativa é um convite à empatia e à responsabilidade coletiva na construção de espaços mais humanizados. Esse projeto se torna um marco na luta pela dignidade menstrual, reconhecendo que o acesso a cuidados menstruais é uma questão de saúde pública.

Falar de dignidade menstrual é também falar de educação e pertencimento. É fundamental que escolas e locais de trabalho estejam preparados para acolher as necessidades de quem menstrua, sem julgamentos. Ações de sensibilização e inclusão da saúde menstrual nos debates públicos são primordiais para transformar essa questão em um assunto de acolhimento e respeito.

As políticas públicas voltadas para a dignidade menstrual são fundamentais na luta contra a desigualdade. Quando as pessoas não têm acesso a produtos de higiene ou informações sobre seus ciclos, sua vida é prejudicada em diversas áreas — na escola, no trabalho e na vida social. É crucial que governantes e a sociedade civil unam esforços para tratar esse tema com seriedade.

O impacto dessa mudança cultural é profundo e benéfico para todos. Criar ambientes seguros para quem menstrua não apenas previne constrangimentos, mas fortalece a igualdade de oportunidades, incentivando a permanência de meninas e mulheres em espaços educacionais e profissionais. A dignidade menstrual transcende a pobreza e entra no campo dos direitos humanos.

Promover essa dignidade nas políticas públicas e na cultura é vital. Incluir conteúdos sobre saúde menstrual nas escolas educa e desconstrói mitos, promovendo respeito e igualdade. Se essa educação for promovida desde cedo, jovens de todos os gêneros crescerão em ambientes inclusivos.

O projeto Absorva o Bem materializa essa compreensão, dialogando com a tradição de pactos sociais bem-sucedidos no DF, como o respeito à faixa de pedestres. Assim como aprendemos a parar para garantir a segurança do outro, podemos cultivar um ambiente respeitoso e acolhedor para quem menstrua.

Esse compromisso não se resume à distribuição de absorventes; envolve transformar mentalidades e educar sobre igualdade. O desafio exige a participação de todos: familiares, educadores e a comunidade.

A dignidade menstrual é uma questão de humanidade que requer engajamento social. O bem-estar menstrual deve ser prioridade, garantindo que ninguém no DF ou no Brasil sofra angústias que podem ser facilmente evitadas.

Construir uma cultura de dignidade menstrual demanda esforço contínuo. Precisamos revisar políticas e práticas, ouvir quem menstrua e adaptar abordagens. As iniciativas sociais e governamentais devem incluir todas as vozes.

Quando falamos de direitos humanos, falamos do direito ao respeito e à dignidade. A dignidade menstrual não é apenas uma necessidade individual, mas um reflexo do nosso compromisso, enquanto sociedade, em assegurar que todos possam viver com dignidade, livres de estigmas e preconceitos. Que o projeto Absorva o Bem inspire ações em todo o Brasil e que, juntos, avancemos em um pacto social pela dignidade menstrual.

Um passo em direção a uma sociedade mais justa, onde todos possam viver sua menstruação livres de medo e constrangimento.